

**JOSÉ DE ASSIS REPUBLICANO**

**UNIÃO ESTÁVEL:**  
**Distinção entre o Namoro Duradouro e Público**  
**e a União Estável**

**Monografia apresentada como exigência  
parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Direito Civil e Processo Civil,  
sob a orientação da Prof. Msc. Liliane .**

**Brasília-DF,**  
**2016**

**JOSÉ DE ASSIS REPUBLICANO**

**UNIÃO ESTÁVEL:  
Distinção entre o Namoro Duradouro e Público  
e a União Estável**

**Monografia apresentada como exigência  
parcial para a obtenção do título de  
Especialista em Direito Civil e Processo Civil,  
sob a orientação da Prof. Liliane .**

**Brasília-DF,  
2016**

**JOSÉ DE ASSIS REPUBLICANO**

**UNIÃO ESTÁVEL:  
Distinção entre o Namoro Duradouro e Público  
e a União Estável**

**Esta monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do título de  
Especialista em Direito Processual Civil e Direito Civil**

Brasília, junho de 2016

---

**Professor**

*A meus pais, Esaú e Alba, pelo  
apoio constante.*

*A meus filhos Mateus e Marina.*

## **AGRADECIMENTOS**

**Ao Superior Tribunal de Justiça por me dar a oportunidade de me graduar em direito.**

**Aos professores do curso de Pós Graduação.**

**A todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização desta pesquisa.**

"Família é quem você escolhe pra viver  
Família é quem você escolhe pra você  
Não precisa ter conta sanguínea  
É preciso ter sempre um pouco mais de  
sintonia"  
O Rappa

## **RESUMO**

Esta pesquisa trata de uma abordagem da formação da família e sua evolução desde os tempos mais remotos até os tempos atuais, chegando até o instituto da União Estável. A metodologia adotada para a realização da pesquisa a classifica como sendo do tipo bibliográfico, sendo que no estudo foram analisados os aspectos gerais da união estável, seu conceito, situando-o em um contexto histórico, onde foram feitas breves considerações a respeito dos termos concubinato puro e impuro, dos requisitos para o reconhecimento dessa união, de suas formas de extinção e da conversão em casamento. Traz ainda, uma análise do instituto sob a ótica da CF/88, uma vez que com a sua promulgação foram realizadas profundas alterações; faz uma abordagem do tema nas Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96, que mesmo eivadas de imperfeições, ampliam o conceito de família à união estável, resguardando-a legalmente. Ao final, foi efetivado ainda, um estudo dos principais artigos que regulamentam a União Estável à luz do Código Civil de 2002, resultado da incorporação de sólidos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários que enfatizam os direitos dos companheiros aos alimentos, a sucessão hereditária, a conversão da União estável em casamento dentre outros assuntos regulamentados pelo diploma legal.

Palavras-chave: União Estável, Concubinato, Namoro, Relacionamentos, Família.

## **Resumen**

Esta investigación es un acercamiento a la formación de la familia y su evolución desde los primeros tiempos hasta los actuales tiempos, llegando a la Unión Estable Instituto. La metodología para la investigación clasifica como el bibliográfica, y el estudio se analizaron los aspectos generales de la estabilidad, su concepto, colocándolo en un contexto histórico, que se hicieron breves comentarios con respecto a la concubinato términos puro e impuro, los requisitos para el reconocimiento de esa unión, sus formas de terminación y conversión en matrimonio. También trae un análisis del instituto desde la perspectiva de CF / 88, ya que los cambios profundos fueron hechas con su promulgación; Se hace un enfoque temático en las Leyes N ° 8.971 / 94 y 9.278 / 96, incluso plagado de imperfecciones, extender el concepto de familia a estable, darle protección jurídica. Al final, se llevó a cabo, sin embargo, un estudio de los principales artículos que regulan la unión estable a la luz del Código Civil de 2002, como resultado de la incorporación de entendimiento jurisprudencial sólida y la doctrina que hacen hincapié en los derechos de los compañeros de los alimentos, la sucesión hereditaria, la conversión de matrimonios estables entre otras materias reguladas por la ley.

Palabras clave : Unión Estable , concubinato , citas, relaciones, familia



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>1.2 Justificativa</b>	10
<b>1.3 Objetivos</b>	11
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	11
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	11
<b>1.4 Metodologia</b>	11
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	13
<b>2.1 Definição de União Estável</b>	13
2.1.1 <i>Concubinato</i>	14
2.1.2 <i>Diferenças entre concubinato e união estável</i>	16
2.1.3 <i>Histórico da família e do casamento</i>	18
2.1.4 <i>A união estável após a Constituição da República de 1988</i>	21
2.1.5 <i>A União Estável no Novo Código Civil</i>	23
2.1.6 <i>União Estável Putativa</i>	26
2.1.7 <i>Vantagens da União Estável</i>	27
2.1.8 <i>Elementos caracterizadores da União Estável</i>	29
2.1.9 <i>Elementos não essenciais, mas que reforçam o reconhecimento da União Estável</i>	30
<b>2.2 Conceito de Namoro</b>	31
2.2.1 <i>Formação do Namoro</i>	32
2.2.2 <i>Contrato de Namoro</i>	33
2.2.3 <i>Direitos dos Namorados</i>	34
<b>2.3 Distinção entre Namoro e União Estável</b>	35
2.3.1 <i>O Contrato como Forma de Constituição do Namoro ou União Estável</i>	37
2.3.2 <i>Análise entre Namoro e União Estável</i>	38
2.3.3 <i>As relações do Namoro</i>	40
2.3.4 <i>Namoros Virtuais e o Impacto na Sociedade Atual</i>	40
2.3.5 <i>Relacionamentos X Redes Sociais</i>	41
<b>CONCLUSÃO</b>	42
<b>REFERÊNCIAS</b>	44

# 1 INTRODUÇÃO

Na moderna sociedade brasileira, a grande maioria dos namorados praticam frequentemente o ato sexual. Os namorados frequentam os respectivos lares, compartilham seus dormitórios, viajam em companhia um do outro, dividem os mesmos quartos de hotéis, se ajudam financeiramente, etc. A união estável é isso tudo e ainda mais, pois se caracteriza na convivência pública, continua e duradoura entre um homem e uma mulher, ou entre duas pessoas do mesmo sexo.

Diante de tantas semelhanças como saber quando é um e quando é outro? É possível formalizar um documento para constituir união estável ou namoro? Quais são os direitos dos companheiros? Essas e outras dúvidas comuns da sociedade que pretendemos dirimir no presente trabalho.

## 1.2 Justificativa

O tema escolhido para realização deste trabalho reside no fato de nossos tribunais estarem abarrotados de pedido de divisão de bens feitos por namorados que acreditam ter esse direito.

Com a mudança dos costumes, nos dias de hoje, o namoro, não tem mais aqueles contornos tradicionais clássicos, onde a intimidade sexual se caracterizava como principal divisor de águas entre o casamento ou a união estável. Fala-se atualmente, em namoro mais estável ou namoro qualificado.

Diz-se que a opção das mulheres modernas é ter um “namorado”, que é a junção das expressões namorado + marido, ou seja, retrato, a aparência exterior de alguns namoros se assemelha aos aspectos exteriores da união estável.

Ainda assim, por motivos diversos, esses aspectos não parecem ainda não ser o suficiente para caracterizar uma união estável. É sabido que o limite entre

um e outro é bastante tênue. É sobre esse ponto específico que se pretende desenvolver o discurso principal deste trabalho.

## **1.3 Objetivos**

### *1.3.1 Objetivo Geral*

Fazer uma análise pormenorizada do instituto da união estável, estabelecendo sempre que possível, um paralelo comparativo das diferenças existentes entre este instituto e namoro, a fim de determinar onde começa um e termina o outro.

### *1.3.2 Objetivos Específicos*

- a) Uma vez consubstanciado no trabalho a delimitação dos direitos conferidos a cada instituto, discorrer sobre os requisitos doutrinários e jurisprudenciais adotados para a caracterização do namoro e da união estável;
- b) Buscar as causas históricas e contemporâneas para a ocorrência da união estável, que vai desde a antiguidade clássica até os dias atuais.
- c) Comparar o namoro qualificado com a união estável. Buscando mostrar as diferenças dos direitos dos companheiros.

## **1.4 Metodologia**

O tipo de pesquisa será a bibliográfica, a partir de material publicado constituído de livros, revistas especializadas e dados publicados via internet. A técnica de coleta de dados será o levantamento bibliográfico e leitura analítica do

material coletado, e análise documental constituída de diversos autores do Direito Civil, na Constituição Federal, bem como no parecer de estudiosos e nas jurisprudências de diversos tribunais no que diz respeito aos relacionamentos afetivos, namoro duradouro público e a união estável. Assim, de posse de todo material bibliográfico colhido para a confecção do trabalho, proceder-se-á a uma analítica do mesmo seguindo os processos básicos desse tipo de leitura.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Definição de União Estável**

Há muito tempo já existe a relação não matrimonial entre homem e mulher, porém era conhecida pelo nome de concubinato, mas somente no ano de 1988 que a legislação constitucional brasileira reconheceu a relação não matrimonial entre homem e mulher constituição de família, mais conhecida como união estável. A importância da alteração do nome foi para remover o sentido negativo que sempre acompanhou o termo concubinato.

Com a aprovação da Lei 8.971/94, surgiram novas regras sobre alimentos e direito sucessório aos companheiros, conceituando a união estável como a união de pessoas solteiras, separadas judicialmente, divorciadas ou viúvas, que convivam por mais de cinco anos ou que tenha filhos comuns. Adiante na Lei 9.278/96 ao definir a união estável, retirou o prazo de duração da relação, e acrescentou novos requisitos como: durabilidade; publicidade do relacionamento e objetivo de constituir família (CAVALCANTI, 2004).

A união estável poderá ser extinta pela simples vontade de ambas as partes de forma amigável ou de forma litigiosa. A união estável não é uma relação formal e solene, como acontece no casamento, assim, as partes podem simplesmente terminar o relacionamento sem a necessidade de qualquer ato que formalize o fim da união.

No entanto, no caso de divergências e litígio entre as partes, sempre haverá a possibilidade de ir ao judiciário para que as questões sejam resolvidas por um juiz de direito. Em tal caso será necessário que comprovem a existência e duração da união estável para que consigam reconhecê-la e dissolvê-la em juízo. Consequentemente o juiz de direito deve ser criterioso e estudar o caso verificando se a situação pode ou não ser considerada (CAVALCANTI, 2004).

Não é preciso necessariamente, que ambos morem sob o mesmo teto para que a união estável seja conformada, mas de certa forma é óbvio que a morada

conjunta ajuda a identificar se a relação é uma entidade familiar ou um namoro ou relação amorosa, mas não é requisito legal essencial para seu reconhecimento. Importante, contudo, ressaltar que a lei brasileira não dá preferência legal pelo casamento. Tanto o casamento como a união estável são entidades familiares protegidas pela lei constitucional.

O que realmente importa para a aplicação da regra dos alimentos na união estável é provar a sua existência e que um dos companheiros é necessitado enquanto o outro tem possibilidades de pagar, aplica-se o princípio da necessidade e possibilidade, para que a obrigação alimentar seja possível. A diferença importante sobre a obrigação alimentar, é que na união estável não há previsão a respeito da culpa o que leva a acreditar que não há a mesma implicação legal para esse tipo de entidade familiar (CAVALCANTI, 2004).

Ao constituir uma união estável as partes podem escolher o regime de bens ou caso silenciem sobre o assunto, será observado o regime regra do casamento, qual seja, o regime da comunhão parcial de bens, o acordo de união estável não é obrigatório, mas deve ser feito por escrito, a qualquer momento e não necessariamente por escritura pública, apesar de ser mais indicado por meio de documento público.

O acordo, se realizado, servirá também como meio de prova da existência da relação estável. Portanto, os companheiros também podem escolher o regime da comunhão universal, comunhão parcial, separação de bens ou participação final dos aquestos, desde que o façam por escrito (artigo 1725 do Código Civil).

### 2.1.1 Concubinato

A expressão “concubinato” origina-se do latim *cum cubare*, que significa “deitar-se com”. De outro modo deve-se considerar como importante para esse conceito a convivência, que é o ato de conviver sob o mesmo teto, estabelecendo relações familiares, mantendo ou não relações íntimas. Ainda, sob a visão da união estável<sup>1</sup> deve haver continuidade, não bastando as relações amorosas, fugazes,

---

<sup>1</sup> Consagrada pelo § 3º do Artigo 226 da CF/88, surgindo a partir daí as correlatas Lei nº 8.971, de 29.12.1994 e Lei nº 9.278, de 10.05.1996 e Código Civil, Arts. 1.723 a 1.727,

passageiras ou em caráter de aventura para que a caracterize (SOARES, 2004). Assim, tem-se definido o conceito cf. Artigo 1.727:

Art. 1727. “As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato”.

Não há correspondente no CC de 1916. Segundo o autor, este artigo deixa clara a existência da monogamia, do concubinato não adulterino ou união estável e do concubinato adulterino ou concubinato propriamente dito. De outra maneira, a expressão “impedidos de casar” é inadequada, pois se refere aos separados judicialmente, os quais estão impedidos de casar até que se divorciem. Entretanto, isso não quer dizer que sua relação seja adulterina (PEREIRA, 2003).

A doutrina, com raras divergências, deprecia a união concubinária impura em praticamente todos os seus aspectos, ensejando a inexistência de qualquer tipo de proteção legal, como também por parte dos tribunais, onde não conta com amparo na jurisprudência, de sorte que não produziria nenhum efeito jurídico. Essa regra, entretanto, comporta exceções. A união concubinária poderá merecer proteção legal quando transmitir características que revelam verdadeira comunhão de vida e interesses, mesmo que seja considerada impura.

Existem hipóteses em que o indivíduo já se encontra separado há longos anos e, talvez por mera negligência ou mesmo ignorância, não efetivou a separação judicial ou o divórcio. Importante, ressaltar tal assertiva porque em regra geral o concubinato em sua espécie impura está presente nas uniões em que as pessoas não abandonam seus lares conjugais.

Ocorre que a doutrina não orienta de forma muito exata essa definição de concubinato impuro. Para Azevedo (1986, p. 66), “[...] o concubinato será impuro, se for adulterino, incestuoso ou desleal (relativamente a outra união de fato), como o de um homem casado ou concubinato, que mantenha, paralelamente ao seu lar, outro de fato”.

Contudo, tal definição é equivocada, porquanto, se os sujeitos que compuser essa relação forem livres, no concernente ao seu estado pessoal, ela

essencialmente, não se encontra eivada de vícios que a torne ilegítima, ilícita ou impura.

### *2.1.2 Diferenças entre concubinato e união estável*

De acordo com Washington Monteiro (2004), uma união estável é a relação lícita entre um homem e uma mulher, em constituição de família, denominando essa relação de companheiros. Enquanto, o concubinato é a relação que não merece a proteção do direito de família, por ter caráter adulterino, denominados concubinos os seus participantes.

Há uma distinção básica entre o concubinato e a união estável, pois nesta não há impedimento matrimonial, podendo dar-se a qualquer momento a sua conversão em casamento. Diferentemente ocorre no concubinato, pois sempre haverá impedimento para a realização do casamento.

Apesar de diferentes, possuindo cada um suas peculiaridades, tanto o concubinato, quanto a união estável, são uniões livres, marcados pela característica da informalidade. Não existe uma solenidade ou ato formal inicial para a contagem da sua duração, pois são atos sucessivos, estáveis e contínuos que vão caracterizar a formação destas (MONTEIRO, 2004 p.30).

Há casos em que a união estável fica definida como um instituto intermediário entre o concubinato e o casamento. Pode ocorrer de alguém ser casado, mas separado de fato e manter com outra pessoa, de sexo diferente, um relacionamento com o desígnio de estabelecer família.

A distinção, basicamente, reside no seguinte: concubina é a amante, mantida clandestinamente pelo homem casado, o qual continua frequentando a família formalmente constituída. Companheira, ao contrário, é a parceira com quem o homem casado entabula uma relação estável, depois de consolidadamente separado de fato da esposa. (CZAJKOWSKI, 2000, p. 58).

Quanto à proteção da união estável é importante destacar que a Constituição Federal, no seu art. 226, parágrafo 3º dispõe: "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento".



O artigo 1900, inciso V do Código Civil diz que é nula a disposição que favoreça as pessoas que não podem ser nomeados herdeiros nem legatários, no caso, este artigo leva ao inciso III do artigo 1.801 do mesmo Código que diz que não podem ser nomeados herdeiros ou legatários o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos.

O Código Civil Brasileiro em seu artigo 1.723 diz que é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família e em seu parágrafo primeiro segue dizendo que: “§ 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente”.

Sendo assim é inaceitável se dizer que concubina é a mesma coisa que companheira, tal afirmativa entra em absoluto contraste ao artigo 1.727 do citado diploma que conceitua bem a relação existente entre pessoas, onde pelo menos um está impedido de casar: “As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato”.

Recentemente o concubinato vem definido no artigo 1727 do Código Civil como a relação impedida e que não pode ser considerada como entidade familiar. Trata a lei como concubinato à relação não eventual entre o homem e a mulher, impedidos de casar. Exclui-se da noção de concubinato a relação de pessoas separadas de fato e separadas judicialmente que, apesar de serem impedidas para novo casamento, podem estabelecer união estável, conforme previsão expressa em lei (artigo 1723 do Código Civil).

Contudo, inova a mencionada lei (art. 1723 § 1º) ao definir que a união estável não poderá ser constituída se presentes um dos impedimentos matrimoniais previstos no artigo 1521, exceto a proibição contida no seu inciso VI “pessoas casadas” possibilitando na ocorrência e comprovação de separação de fato ou separação judicial, a configuração da união estável. E, finalmente, determinou o legislador do Código Civil de 2002 (artigo 1727) que as relações não esporádicas

entre homem e mulher impedidos de casar denominam-se concubinato, fazendo uma distinção terminológica entre concubinato e união estável.

Nesse último tópico, acreditamos que o legislador não acertou em denominar simplesmente a “união entre pessoas impedidas pelo casamento” como concubinato, posto que, no artigo 1723 § 1º estabeleceu que os separados de fato e os separados judicialmente podem constituir união estável. Portanto, mesmo “impedidos” podem constituir união estável.

Assim, verifica-se que o Código Civil faz nítida diferença entre “concubinato” e “união estável”, salientando a importância da lealdade e da monogamia. Percebemos, assim, que a nova legislação não aceitou o concubinato adúltero ou incestuoso como entidade familiar, por outro lado, definiu a situação jurídica dessas relações extramatrimoniais consideradas como concubinato, como sociedade de fato, aplicando-se as regras do direito das obrigações.

Deste modo, o concubinato de hoje não pode ser considerado como entidade familiar e só poderá receber as regras do direito das obrigações, já que é considerado como uma sociedade de fato entre pessoas. Assim, vemos que não é permitida, nestes casos, a aplicação das regras de direito de família.

### *2.1.3 Histórico da família e do casamento*

Muita crítica tem sido feita ao instituto do casamento, em razão da oficialidade que ele demonstra em sua fase de concretização, como se o formalismo que o envolve fosse culpado pela infelicidade dos casais. Estes preferem, no mais das vezes, a vida livre e irresponsável, para que não fiquem presos às normas de ordem pública, que programam e defendem os que se unem pelo matrimônio. (AZEVEDO, 2002).

É inquestionável o fato de que a Constituição de 1988 revolucionou o conceito de família antes existente no sistema jurídico brasileiro. No direito anterior, com efeito, distinguiam-se famílias em legítimas e ilegítimas, conforme tivessem sua origem no casamento ou fora dele (CAVALCANTI, 2003).

Uma das grandes alterações trazidas pelo novo Código Civil brasileiro, no Livro da Família, é a introdução de um capítulo para a União Estável. No mais, a estrutura organizacional do Livro de Família é mais ou menos a mesma do Código Civil de 1916, exceto em relação à União Estável e Bem de Família, que agora integram este livro. (AZEVEDO, 2002).

A família deixou de ser apenas um núcleo econômico e de reprodução para ser, muito mais, o espaço do amor, do afeto e do companheirismo. Essa mudança paradigmática alterou, conseqüentemente, a organização jurídica sobre a família. Alterou o conceito de família. Sabemos que a família descrita nos tradicionais manuais de Direito não retrata mais a realidade do Direito de Família. O tripé sexo, amor e reprodução, que sempre foi o esteio do Direito de Família, já não se sustenta. (PEREIRA, 2003)

Após o advento da Constituição Federal de 1988, o casamento começou a ser algo não tão relacionado ao que é legítimo e a legitimidade da formação familiar passou a já não se relacionar mais com o evento casamento e ao considerar a família também as uniões que eram formadas fora do casamento e assim consideradas uma união estável, a Constituição tornou iguais as obrigações e os direitos tanto do homem quanto da mulher, e, essencialmente, ao reforçar que estão comparados para todos os efeitos dos filhos havidos fora do casamento. (BERTOLINI, 2005)

Ora, indubitavelmente, operou-se enormes modificação, transformação e evolução, que já se faziam necessárias e que, obviamente, viriam a acrescentar modernidade e atualidade ao Direito de Família Brasileiro (BERTOLINI, 2005)

Assim, o Texto Constitucional:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se também, como entidade familiar, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”

É de se perceber que o Texto Constitucional alterou de modo completo o antigo conceito de família, continuando essa a ser a base primeira e absoluta da sociedade e, dessa forma, contanto a especial proteção do Estado, que deve defendê-la e preservá-la, visto que também se amolda ao conceito de entidade familiar.

Tal modificação foi a separação do instituto do casamento como única maneira de formação de família legítima, passando, então, a considerar também como uma entidade familiar a relação estável entre pessoas de sexo diferente que se forma fora do matrimônio tradicional, que antes era encarada como relação imoral e pecaminosa, e ainda, é também entidade familiar aquela formada por qualquer dos pais e seus filhos, a chamada família monoparental (BERTOLINI, 2005).

A caracterização da união estável se faz a partir da presença de vários elementos, como durabilidade, estabilidade, relação de dependência econômica, sexualidade, convivência sob o mesmo teto, prole, enfim, uma série de fatores que, somados, constituem uma família. Isto não significa que se faltar um desses elementos estará descaracterizado a união como entidade familiar.

Pode ser que um casal esteja junto há muitos anos, constituíram família e tem filhos, mas optaram por viver em tetos separados, São várias as possibilidades de arranjos familiares, ou seja, não há um elemento único definidor ou caracterizador da união estável. O fundamental é verificar se há ali a presença de um núcleo familiar e isto, muitas vezes, só tem sido possível na avaliação de cada caso (PEREIRA, 2013).

Mais recentemente, foi publicada a Lei 11340 de 2006, conhecida por Lei Maria da Penha, que em seu artigo 5º, inciso II, trouxe uma importante inovação no ordenamento jurídico nacional, com a definição do que o atual entende como família:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial

[...] no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

**Parágrafo único.** As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Pode-se afirmar que a presente norma consagra, pela primeira vez, no âmbito infraconstitucional, a idéia de que a família não é constituída por imposição da lei, mas sim por vontade dos seus membros.

Pode-se concluir que a família é determinada pelo elo psíquico de afeto que une seus integrantes. Busca garantir a formação da personalidade, o desenvolvimento emocional de todos os seus componentes, sejam parentes consanguíneos, sejam apenas pessoas que moram juntas em uma estrutura estável.

Há situações em que o relacionamento, embora duradouro e estável, é apenas um namoro. Em muitos casos, há um limite tênue e estreito entre namoro e união estável. A dificuldade de avaliação entre estes dois institutos surgiu com a mudança de costumes e valores, especialmente a partir da década de sessenta.. Explico: antes disso um dos elementos diferenciadores entre namoro e o então chamado concubinato era a presença de relações sexuais.

Com isto era fácil dizer se aquela relação era namoro ou união estável. Hoje a maioria dos casais de namorados mantém relações sexuais, que se tornou um dos ingredientes saudáveis da relação, já que o casamento não é mais a única forma de legitimar as relações sexuais.

Portanto não há mais estes elementos que era determinante para a distinção entre uma e outra relação. É assim o limite ficou ainda mais estreito. A diferença entre namoro e a união será feita, quando essa dúvida for suscitada, caso a caso, e na apreciação dos elementos objetivos e também subjetivos, para a constituição da família. (PEREIRA, 2013).

#### *2.1.4 A união estável após a Constituição da República de 1988*

Antigamente chamada de concubinária a união entre homem e mulher sem a formalização do matrimônio foi, durante muito tempo, marginalizada pela sociedade, esse tipo de união, ocorria com maior frequência nas camadas mais carentes da sociedade, ou seja, diante do término de seu casamento, desejavam constituir nova família, visto que, nesta época, ainda não se admitia o divórcio.

O país tratava de forma rígidas no que se referia à constituição da família, a Igreja Católica desempenhava uma forte influência sobre as decisões tomadas e, em função disso, o concubinato, não poderia ser reconhecido como forma de constituição de família (CIOTOLA, 1997).

Considerava casamento apenas as famílias legítimas formadas pelo matrimônio, realizado exclusivamente no religioso. Foi então que, com o advento do Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, foi adotado o casamento civil como único meio de constituição de família legítima. Esse decreto causou uma revolução social, pois, em função dele, o Estado Brasileiro deixou de reconhecer não só a união concubinária, como também o casamento religioso, que não possuía efeitos civis.

A Constituição Federal, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, em seu art. 72, § 4º, veio a ratificar o disposto no supracitado Decreto, reconhecendo apenas o casamento civil, o que gerou grandes dificuldades para os casais, sobretudo àqueles casados somente no religioso.

Só com a vigência da Constituição Federal de 1988 é que foi utilizado o Direito de Família em tais assuntos. Entretanto, em que pesem opiniões contrárias, dúvidas não há que a atual Constituição não tratou da união estável, no que se refere ao seu aspecto sucessório, limitou-se a elevá-la ao status de entidade familiar, o que já pode ser considerado um avanço muito significativo.

A partir da Constituição da República de 1988, foi verificada a mais profunda inovação acerca da matéria que, apesar de não ter equiparado a união estável ao casamento, elevou-a ao status de entidade familiar, no seu art. 226, § 3º. A intenção do legislador brasileiro sempre foi a de valorizar o casamento e, por essa razão, não seria adequado que se conferisse situação jurídica mais favorável ao companheiro do que ao cônjuge, pois isso poderia desprestigiar o casamento, além do que fere a própria Constituição que tem o escopo de facilitar a conversão da união estável em casamento (CIOTOLA, 1997).

Se os direitos fossem equiparados poderia ocorrer uma redução muito significativa no número de casais que optassem pelo casamento, podendo até ocasionar a extinção desse instituto. A atual Constituição conferiu legitimidade as

relações de fato, atribuindo-lhe a qualidade de família, obtendo uma maior proteção do Estado.

No entanto, a proteção constitucional não afastou a necessidade de regulamentação da matéria de lei ordinária que disciplinasse a união estável, no tocante aos requisitos fundamentais para a sua constituição, bem como precisasse os efeitos patrimoniais dessa sociedade, por ocasião de sua dissolução, seja por convenção das partes ou pela morte de um dos conviventes (CIOTOLA, 1997).

### *2.1.5 A União Estável no Novo Código Civil*

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Por sua vez, para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento, como descreve o artigo 226, § 3º, da Constituição da República de 1988.

Segundo Oliveira (2002, p. 01):

Da união estável como espécie de entidade familiar pode-se afirmar que somente existe e perdura enquanto traduzir uma "união feliz". Consiste numa relação de puro afeto entre homem e mulher. A comunhão de vida que se estabelece por essa via informal tem por objetivo a mútua felicidade e a formação de uma família, sem necessidade de intervenção cartorária ou judicial.

Nesse sentido, a Súmula 382 do Supremo Tribunal Federal afirma que: “A vida em comum sob o mesmo teto "more uxorio", não é indispensável à caracterização do concubinato”. De acordo com o artigo 1.723 do Código Civil/2002:

É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1º - A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

§ 2º - As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.

Conforme entendimento de César Fiuza (2008, p. 966): “União estável é a convivência pública, contínua e duradoura sob o mesmo teto ou não, entre homem e mulher não ligados entre si pelo casamento, com a intenção de constituir família”.

Segundo Machado (2010, p. 1395), o Código Civil incluiu a união estável na estrutura organizacional, na categoria de entidade familiar, definindo-a como:

A união estável é reconhecida entre pessoas solteiras, separadas judicialmente, divorciadas e viúvas. Não há mais a fixação de um prazo rígido, e as pessoas separadas de fato também podem constituir união estável. Os requisitos exigidos para o reconhecimento da união estável como entidade familiar são: união entre mulher e homem; convivência duradoura; notoriedade pública e contínua (reconhecimento pela sociedade, pois não tem seu início em um documento, mas sim em um fato); e o objetivo de constituir família.

Logo, leva-se em conta que união estável diz respeito ao instituto jurídico que demonstra a convivência entre duas pessoas, sem as formalidades cartoriais e jurídicas, de conhecimento da sociedade e que visem à família. Nos termos do artigo 1.724 do Diploma Legal: “As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos”.

Os deveres da união estável são equiparados ao do casamento, eis que por se tratar de uma entidade familiar, a lei põe a salvo as obrigações inerentes à relação, levando-se em conta seus reflexos jurídicos e seu compromisso. Conforme determina o artigo 1.725 do Código Civil de 2002: “A união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens”.

César Fiuza (2008, p. 967) demonstra que: “Os bens adquiridos na constância da união presumem-se fruto do esforço comum, pertencendo a ambos, em condomínio”. A lei salvaguarda o regime de bens em vigor para esse tipo de entidade familiar, mesmo diante da informalidade para a concepção de família, tem-se que os bens adquiridos na constância da união serão partilhados, quando da dissolução da união.

Na inteligência do artigo 1.726 do Diploma Legal “A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil”. Em caso de deferimento da conversão da união estável em casamento, Machado (2010, p. 1398) afirma:

É feito o devido assento no Registro Civil, dispensando-se, dessa forma, o processo de habilitação para o casamento. (...). O que pode ser dispensada



é a celebração. Portanto, uma vez habilitados os requerentes, deverão produzir prova de que vivem em união estável (...); só então o juiz mandará lavrar o assento respectivo no Registro Civil. (...). Mesmo que o texto constitucional deixe claro que a lei deve facilitar a conversão da união estável em casamento, não se pode dispensar a prova de sua existência.

Tendo em vista a informalidade desse instituto, a Lei faculta aos companheiros a conversão da união estável em casamento, recebendo proteção do Estado, pondo a salvo os direitos e as obrigações dessa entidade familiar.

Para Euclides de Oliveira (2002, p. 01):

Os efeitos jurídicos dessa união à moda conjugal serão examinados caso a caso, de acordo com suas características e peculiaridades. Garantida será, no entanto, a defesa dos direitos assegurados aos parceiros e o reconhecimento de plenos e igualitários direitos aos seus descendentes, para que se preservem os frutos dessa intangível relação de afeto, subsistente, perene e muito acima da sempre mutável disposição normativa.

Alex Sandro Ribeiro (2002, p. 02) afirma:

Existirá união estável quando houver associação de homem e mulher, convivendo como se casados fossem por um lapso temporal juridicamente razoável, ininterrupto e não clandestino, gerando entre eles direitos e deveres de respeito e consideração mútuos; assistência moral e material recíproca; guarda, sustento e educação dos filhos comuns. Esta mesma união poderá, a qualquer tempo, ser desfeita, seja pela vontade de ambos os companheiros, seja pela pré-disposição unilateral quando o outro descumprir seus deveres da convivência, seja, enfim, pela superveniência do evento morte.

Assim sendo, atenta-se para a união estável como entidade familiar, desde que preencha alguns requisitos, quais sejam: convivência duradoura, pública e contínua, e vise à constituição da família.

A união homoafetiva cabe ressaltar que é reconhecida como entidade familiar e sob o amparo da analogia da união estável heterossexual não é mais considerada degradante ou imoral, firmando entendimento jurisprudencial de que a escolha feita quanto à assunção da sexualidade é irrelevante na formação do caráter.

### 2.1.6 União Estável Putativa

O termo vem do latim, *putare*, que significa imaginar. A união estável putativa poderá ocorrer quando uma das partes, frequentemente a mulher, se encontra em total estado de ignorância perante o outro relacionamento do homem. Ela acredita viver um relacionamento único com o companheiro, desconhecendo totalmente o fato de fazer parte de uma união paralela (LEITE, 2005).

Ela se verifica na concomitância com outra união estável anterior a ela ou até mesmo na coexistência com o casamento, sendo que, em ambas as hipóteses, o elemento indispensável da boa-fé da companheira que posteriormente ingressou uma relação com o homem, deve se fazer presente (CAHALI, 1979, p. 2).

Esse estado de total ignorância, da manutenção de uniões dúplices pelo homem, é que terá a capacidade de conferir o status de família a esse relacionamento, atribuindo-lhe todos os efeitos decorrentes de uma união estável. Para que seja reconhecida a união estável putativa devem estar presentes todos os requisitos necessários para a constatação da união estável, como a publicidade, estabilidade, continuidade e ânimo de constituir família.

A opinião Yussef Said Cahali (1979) em relação a putatividade no casamento, aborda que: “mais tão duro castigo pode ser injusto, ao punir pessoas que não visaram contrariar a lei, ferindo gente que foi levada ao matrimônio na ignorância do impedimento, ligando-se através de uma união que parecia regular aos olhos de todos”.

Considera-se putativo o casamento que mesmo nulo foi contraído de boa-fé por um só ou por ambos os cônjuges, reconhecendo-lhe efeitos a ordem jurídica. A união estável putativa nada mais é do que uma interpretação analógica ao casamento putativo, que resguarda os efeitos conferidos a união estável quando um dos companheiros, agindo de boa-fé, acreditava manter um relacionamento livre de quaisquer impedimentos. Ou ainda, é aquela união em que pelo menos um dos companheiros esteja de boa-fé, ou seja, desconheça que exista algum impeditivo legal para sua caracterização.

Se há a possibilidade do reconhecimento de uma relação que ocorre simultaneamente a uma união estável ou a um casamento, mesmo que seja ela de boa-fé, inclusive com precedente na jurisprudência, conclui-se que poderá haver a produção de efeitos na duplicidade de famílias. O instituto da união estável putativa, independente das razões, fere a lógica do sistema monogâmico, demonstrando que esse princípio ordenador não é absoluto e em alguns casos não só pode como deve ser relativizado (PEREIRA, 2004, p. 74)

Um dos principais argumentos para o não reconhecimento do concubinato como entidade familiar é o respeito ao princípio ordenador do sistema, presume-se que o fundamento da proibição não está somente na obediência ao que preceitua a monogamia, mais sim em convenções e preconceitos (PEREIRA, 2004 p. 48).

### *2.1.7 Vantagens da União Estável*

A principal vantagem da formalização da união estável é o ementário da data em que se inicia a união com a data inicial da união definida, por exemplo, é possível provar que um determinado bem foi adquirido na vigência da união estável do casal, o que garante uma medida do direito do companheiro em caso de separação ou morte, a depender do regime de bens adotado.

Caso contrário, não houve formalização da união estável, seria necessário buscar o reconhecimento no Poder Judiciário, desta maneira o processo é muito demorado podendo durar anos. Por meio de uma ação de reconhecimento de união estável, onde seriam colhidas provas documentais e testemunhais para comprovar a convivência do casal durante certo período (STRAZZI, 2014).

Outra excelente vantagem proporcionada pela união estável formalizada está na possibilidade de incluir o companheiro em plano de saúde oferecido pelo empregador, ser beneficiário de seguro de vida ou pensão por morte do companheiro, clubes, financiamentos, abrir de conta conjunta em bancos e corretoras de valores, entre outros benefícios. Além de tudo, a declaração perante o Tabelião será possível estipular quanto ao regime de bens que vigorará o regime da comunhão parcial de bens, como obriga o Código Civil.

Por meio da união estável reconhecida, automaticamente passam a vigorar novas regras patrimoniais entre o casal a depender do regime de bens adotado. Independentemente que a Lei Civil trate o companheiro de forma menos favorecida em relação ao cônjuge quanto às regras de sucessão hereditária, o companheiro não está mais desamparado em 100% das ocasiões como era há tempos atrás.

Não tem tempo de duração mínimo para que surja, existindo relação de convivência pública entre duas pessoas, com o objetivo de constituição familiar, de forma contínua e duradoura, passa a existir sem a necessidade de qualquer ato formal a união estável, é possível que seja registrada em contrato (BRITO, 2014).

Se não existir contrato ou nada for especificado nesse documento, o regime de divisão de bens adotado é o de comunhão parcial, que acarreta, em caso de separação, a divisão ao meio dos bens adquiridos na constância do relacionamento. Nessa situação, é também garantida aos companheiros a expressão jurídica usada para aqueles que vivem em união estável, assim como para os casados, direito à pensão alimentícia (BRITO, 2014).

No influxo do dispositivo constitucional, foi criada a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, que disciplinou o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão, sem definir, contudo, a moldura jurídica do instituto da união estável, o que veio a acontecer apenas com a Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.

Nessa mesma esteira, o Código Civil atual, promulgado no ano de 2002, em seu artigo 1.723, edifica o significado da união estável ao dispor que: “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. O dispositivo legal acima transcrito é de fundamental importância para a conceituação atual da união estável, pois traça seus requisitos básicos (SANTOS, 2012).

É o que diz o artigo 1694: “Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação”. A mesma lógica segue a Lei 9278/96: Art. 7º Dissolvida a união

estável por rescisão, a assistência material prevista nesta Lei será prestada por um dos conviventes ao que dela necessitar, a título de alimentos.

Em caso de morte de um dos conviventes, o sobrevivente terá direito de habitação sobre o imóvel residência do casal, enquanto viver ou enquanto não formar nova união estável ou casamento. É o que diz a Lei 9278/96: Art. 7º “Parágrafo único. Dissolvida a união estável por morte de um dos conviventes, o sobrevivente terá direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, relativamente ao imóvel destinado à residência da família”.

Entretanto, com o advento do Novo Código Civil em 2002, o legislador se omitiu quanto a(o) companheira(o), como apresenta no Art. 1.831. Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar (STRAZZI, 2014).

### *2.1.8 Elementos caracterizadores da União Estável*

A união estável deixou de ser desamparada e ganhou um reconhecimento de um núcleo familiar reconhecido pela Constituição Federal. Com o resultado disso, são aplicadas várias regras em relação ao o objetivo. Segundo Gagliano (2011), a união estável possui alguns elementos caracterizadores essenciais.

- Convivência pública: totalmente diferente de um caso amoroso, onde nessa situação são normalmente de cunho sexual e discreto, entende-se como uma relação afetiva, onde os casais costumeiramente são vistos juntos frequentando os mesmos lugares e morando na mesma casa. É totalmente oposto de um “caso amoroso”, onde os encontros, normalmente de cunho sexual, são realizados secretamente, para ninguém ver;
- Convivência continua: passageira, como um namoro. Assim sendo, nada mais lógico que excluir relacionamentos eventuais da união estável, por esta ser uma equiparação do casamento, em vista disso, o elemento diferenciador com o objetivo de constituir uma família e uma relação afetiva fugaz;

- Estabilidade: nesse caso esse elemento se parece bastante com o anterior, com apenas uma pequena diferença, a estabilidade, que está ligada diretamente a um relacionamento duradouro entre os conviventes, isto é, uma convivência duradoura. Não se cogita a possibilidade de extinção da união;
- Objetivo de constituição de família: esse elemento é o cerne do instituto legal da união estável, já que o casal que vive em relação de companheirismo tem como objetivo a constituição de um núcleo familiar. Diferentemente do namoro, relacionamento instável que não tem o objetivo de constituição familiar.

### *2.1.9 Elementos não essenciais, mas que reforçam o reconhecimento da União Estável*

Antes da vigência do Código Civil de 2002, de acordo com tal legislação era necessária a comprovação de pelo menos cinco anos de convivência para se caracterizar a união estável. Isso não mais existe, em razão de que em casos de justiça, poderia romper o relacionamento dias antes de completar os 5 anos exigidos pela lei, impedindo, assim, o reconhecimento da união estável e, por consequência, fracassava todos os direitos à ela próprias.

Outra exigência era a existência de filhos, pelo menos um nesse caso a não existência de filhos gerados entre os conviventes impossibilitava o reconhecimento da união estável, essa diretriz não é mais um fator primordial para o reconhecimento, decisão tomada para no caso de um dos conviventes fosse estéril (GAGLIANO, 2011).

O último elemento também não essencial para o reconhecimento da união estável é coabitação, isto é, que o casal viva sob o mesmo teto, não é indispensável para o reconhecimento da união estável, podendo o casal morar em casas separadas e assim mesmo ter a união estável reconhecida.

Esses três elementos de tempo de convivência, prole e coabitação não são exigidos para o reconhecimento da União Estável como antes do código civil de 2002 em uma alguma situação ação judicial para reconhecimento, eles serão provas

contundentes da existência da relação, que auxiliarão o juiz na análise do caso (GAGLIANO, 2011).

Qualquer casal hetero ou homoafetivo, que conviva em união estável pode requerer o registro, exceto aqueles que possuem algum tipo de impedimento legal. Os impedimentos legais para a união estável são os mesmos impedimentos legais do casamento e estão previstos no art. 1.521 do Código Civil:

- I – os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;
- II – os afins em linha reta;
- III – o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- IV – os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
- V – o adotado com o filho do adotante;
- VI – as pessoas casadas;
- VII – o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

A união estável não altera o estado civil dos companheiros, permanecendo solteiros, pelo fato da inexistência de formalidades legais é que muitos casais preferem se juntar ao invés de formalizarem a união pelo casamento civil, bem mais burocrático por exigência da lei (GAGLIANO, 2011).

## 2.2 Conceito de Namoro

O namoro é uma instituição de relacionamento interpessoal não moderna, que tem como função a concretização do sentimento entre duas pessoas em troca de conhecimentos e uma vivência com um grau de comprometimento inferior à do matrimônio, namoro significa a relação afetiva mantida entre duas pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas e partilharem novas experiências. É uma relação em que o casal está comprometido socialmente, mas sem estabelecer um vínculo matrimonial perante a lei civil ou religiosa (RAVACHE, 2010).

“Namoro é a relação afetiva mantida entre duas pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas e partilharem novas experiências. É uma relação em que o casal está comprometido socialmente, mas sem estabelecer um

vínculo matrimonial perante a lei civil ou religiosa. (...) o namoro é a fase do relacionamento que antecede o noivado e o casamento. O casal partilha conhecimentos, fortalece a confiança e cumplicidade, e experimenta relações mais íntimas, (...), que servem de base para decidirem se firmam um compromisso mais sério. É uma relação mais leve e menos exigente que um matrimônio, mas também envolve fidelidade entre os namorados” (SIGNIFICADOS, sem data).

No Brasil o Dia dos Namorados é comemorado no dia 12 de junho. Em alguns países, comemora-se no dia 14 de fevereiro, Dia de São Valentim. Numa relação tradicional, o namoro é a fase do relacionamento que antecede o noivado e o casamento. O casal partilha conhecimentos, fortalece a confiança e cumplicidade, e experimenta relações mais íntimas, de natureza emocional e/ou sexual, que servem de base para decidirem se firmam um compromisso mais sério.

O namoro é acima de tudo o encontro de duas pessoas, o namoro implica no reconhecimento da pessoa do outro, a sua aceitação e a comunicação com ela. É no encontro com o outro que a pessoa se realiza, o diálogo é mais do que uma conversa, é o crescimento do relacionamento os namorados que sabem dialogar sabem escolher bem a pessoa adequada, fazendo uma escolha com lucidez, sem diálogo o casal não cresce. (RAVACHE, 2010).

### *2.2.1 Formação do Namoro*

O namoro não é conceituado pela lei, não há requisitos a serem observados para sua formação, somente os morais e os costumes impostos pela sociedade, deve estar presente a fidelidade recíproca, a constância da relação e o conhecimento do relacionamento por parte da família e dos amigos do casal. Ainda existe o chamado relacionamento aberto, e esse por si só, não desconfigura a existência da relação, que na prática existe, como da mesma forma, um namoro pode ser uma relação eventual, ou uma relação da qual nenhuma pessoa tenha conhecimento, além do próprio casal (RAVACHE, 2010).

Outra característica importante no namoro é que nele os envolvidos não assumem a condição de conviventes, por não desejarem, naquele momento, construir uma família.



Realmente não há normas previstas para a configuração do namoro. Para sua formação, basta que duas pessoas iniciem um relacionamento amoroso, o que abrange desde encontros casuais, até relacionamentos mais sérios, em que há publicidade, fidelidade e uma possível intenção de casamento ou constituição de união estável no futuro.

Os relacionamentos duradouros, com convivência contínua do casal, em que há fidelidade, no qual ambos se apresentam na sociedade como namorados, frequentando festas, jantares e eventos entre os amigos e as famílias de cada um, isso facilita o entendimento e a doutrina do qual divide o namoro em simples e qualificado.

No entanto, namoro simples é diferenciado da união estável, pois não possui algum de seus requisitos básicos, enquanto que no namoro qualificado tem os requisitos da união estável, na prática, é muito complicado encontrar as diferenças entre a união estável e esse tipo de namoro mais sério (RAVACHE, 2010).

### *2.2.2 Contrato de Namoro*

Depois de regulamentada como entidade familiar, a união estável, houve o estabelecimento de situações de insegurança e temor em casais de namorados, principalmente no que diz respeito a um futuro rompimento de seus relacionamentos. Enxergam a necessidade de regulamentar o mesmo através de um contrato, para que não sofram problemas e discussões especialmente patrimoniais. De acordo com Maluf e Maluf (2013) a questão do namoro:

“Diferentemente, dos companheiros, cujos direitos pessoais e patrimoniais são resguardados pela lei, os namorados não têm direito a herança nem a alimentos. Assim, com o fim do namoro, não há qualquer direito na meação dos bens do ex-namorado. Aliás, nem há de se falar em regime de bens ou em partilha de bens entre namorados. Os namorados não têm nenhum direito, pois o namoro não é uma entidade familiar.” (MALUF, Carlos Alberto Dabus, MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus, 2013, p. 376-377).

Segundo Maria Berenice Dias (2011, p. 178), o contrato de namoro, possui como objetivo evitar a incomunicabilidade do patrimônio presente e futuro e assegurar a ausência de comprometimento recíproco. A declaração é uma

manifestação expressa de vontade das partes, em que ambas esclarecem que não estão convivendo em uma união estável. (FARIAS; ROSENVALD, 2010).

Com base no pensamento de Gonçalves (2013), ele afirma que o contrato de namoro possui uma eficácia relativa comparado com a união estável, uma situação fática, com reflexos jurídicos, porém decorrem da convivência humana. Entretanto, se caracterizar uma união estável e o contrato estabelecer, ocorra a incidência das normas cogentes, de ordem pública, inafastáveis pela vontade das partes, não possuirá validade.

As normas e os requisitos para a realização dos contratos estão disponíveis no Código Civil (BRASIL, 2002). O art. 421 aponta que “a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.” Mas, art. 425 do mesmo diploma dispõe que “é lícito às partes estipular contratos atípicos”. Enquanto que no art. 422: “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”.

Mesmo que exista um contrato de namoro, e se esse houver prova substancial que confirme a existência de uma união estável, não merecerá acolhimento e o documento que dispôr em sentido contrário à realidade vivida pelo casal. Desse modo, é possível verificar que o contrato de namoro poderá fazer parte da realidade de casais que desejem a não caracterização de uma união estável e resguardar seus patrimônios, muito embora haja discussão sobre os efeitos e a validade de tal (SILVEIRA, 2013).

A principal razão da existência do Contrato de Namoro é o fato que um dos grandes problemas verificados com a entrada em vigor da Lei que, ressalta-se, não revogou totalmente a Lei foi à problemática trazida na medida em que acabou com a exigência do prazo de cinco anos para a caracterização da União Estável. Reitera-se, mais uma vez, que o Código Civil repetiu a regra contida na lei de 1996.

### *2.2.3 Direitos dos Namorados*

Os namorados não têm direito à herança nem aos alimentos. Não existe direito na meação dos bens do ex-namorado, portanto não há o que se falar em

regime de bens ou em partilha de bens entre namorados. Há casos, entretanto, Em determinada fase há casos de um relacionamento, por exemplo, um noivado, em que existe a intenção de constituir família, geralmente já houve aquisição de bens.

Em outras palavras, não se configura ainda a união estável, mas há contribuição financeira de ambos, para um imóvel, que às vezes está em nome de um só, mas que serviria de residência para a futura união. Com o rompimento deste namoro qualificado, se resolve com a possibilidade de partilha de bens, aquele que contribuiu para a aquisição terá o direito de ser indenizado, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do proprietário. Para tal procedimento, é necessário, que cada despesa seja comprovada (LEITE, 2011).

## 2.3 Distinção entre Namoro e União Estável

A diferença existente entre o namoro e a união estável é a vontade de constituir família, deverá ser consumada, além da existência da afetividade, a mesma se concretiza com a mútua assistência em que o casal seja referência de família no meio social. O namoro, não é considerado uma entidade familiar, pois não existe a afeição conjugal, embora estejam presentes algumas características como estabilidade, intimidade e convivência (CABRAL, 2015).

Portanto, o relacionamento mesmo que duradouro, público e contínuo, não se caracteriza numa união estável, justamente por faltar o intuito de construir família.

Vejamos o seguinte escorço jurisprudencial;

TJ-SP - Apelação APL 00113541220128260322 SP 0011354-12.2012.8.26.0322 (TJ-SP)

Data de publicação: 21/02/2014

**Ementa:** Pedido de reconhecimento e dissolução de união estável, cumulada com partilha de bens. Ausência de demonstração dos requisitos necessários. União estável que se caracteriza pela convivência pública,

contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família ( CC , art. 1.723 ). Provas documentais insuficientes e, inclusive, em sentido contrário à pretensão da autora. Testemunhas que corroboram a ausência da relação com tal propósito. Versão da autora que não repercute em qualquer outro elemento de prova nos autos. A ausência do propósito de constituir família impede o reconhecimento da entidade familiar e configura o relacionamento como mero namoro, que se distingue da união estável pelo grau de comprometimento dos envolvidos. Sentença mantida. Recurso desprovido.

No caso de diferenciar a união estável do namoro qualificado, deverá ser avaliado cada caso em especial, deve se atentar não apenas no vínculo afetivo, mas, ao elemento interno de constituir família, como os compromissos assumidos na vida e no patrimônio, a coabitação, e em tese, o pacto de fidelidade, em que demonstram o entrelaçamento de interesses e vida.

As diferenças causam consequências, ou seja, na união estável, os companheiros têm direito a alimentos, meação de bens e herança, enquanto no namoro, não existe esta possibilidade, exceto quando exista alguma contribuição financeira no futuro do casal, em que, com o fim do namoro, cause algum prejuízo de ordem material, podendo existir ressarcimento (CABRAL, 2015).

Por sua vez, assim se manifesta o Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

TJ-SC - Apelação Cível AC 20120226773 SC 2012.022677-3 (Acórdão) (TJ-SC)

Data de publicação: 19/09/2012

**Ementa:** APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL E AÇÃO DE PARTILHA DE BENS. SENTENÇA QUE JULGOU AMBAS AS LIDES SIMULTANEAMENTE, NÃO RECONHECEU A ALEGADA UNIÃO ESTÁVEL ANTERIOR AO CASAMENTO E, CONSEQUENTEMENTE, DECIDIU PELA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE PARTILHA DE BENS PARA EXCLUIR DA PARTILHA OS BENS ADQUIRIDOS ANTES DO CASAMENTO, UMA VEZ QUE ESTE SE DEU PELO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. INSURGÊNCIA DA AUTORA DA AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL EM AMBAS AS AÇÕES. REITERAÇÃO DA ALEGAÇÃO DA REFERIDA UNIÃO EM PERÍODO ANTERIOR AO CASAMENTO, PERÍODO NO QUAL FOI ADQUIRIDO PELO RÉU APARTAMENTO ONDE, DEPOIS DO CASAMENTO, PASSOU A RESIDIR O CASAL. PEDIDO DE PARTILHA DO REFERIDO APARTAMENTO BEM COMO DE AUTOMÓVEL. UNIÃO ESTÁVEL NÃO COMPROVADA. CONFIGURAÇÃO DE SIMPLES

RELAÇÃO DE NAMORO. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. Determina o art. 1.723 do Código Civil : "É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família". Assim, para a configuração da união estável, indispensável a presença do objetivo de constituir família, não bastando a mera expectativa criada pela relação de namoro ou noivado.

A rapidez e a troca dos relacionamentos que ocorre nos últimos tempos geraram um feixe de hipóteses de relações, ao contrário de décadas atrás onde se tinha um namoro sério e longo, um noivado e no final um casamento, o qual deveria ser abençoado pela igreja. Assim como no namoro, as relações sexuais e amorosas que estão ocorrendo cada vez mais cedo e a imediatividade dos relacionamentos.

Na união estável exigem a proteção estatal, e o registro de reconhecimento da entidade familiar regulamentada por duas leis. A ideia não é julgar, mas sim apontar que as mudanças da sociedade e nos relacionamentos para que exijam um olhar diferenciado dos atores que atuam no direito das famílias (MADALENO, 2011).

### *2.3.1 O Contrato como Forma de Constituição do Namoro ou União Estável*

Não é possível que o casal renuncie qualquer dos requisitos de formação da união estável, mesmo se ambos estiverem entre acordo, constitui-se que o contrato de namoro não tem validade para evitar a configuração da união estável, a qual se constituirá com ou sem contrato, desde que os seus requisitos estejam, de fato, presentes (RAVACHE, 2011).

De tal modo, isso não significa que o contrato de namoro não possa ser formulado, somente não terá o condão de substituir o texto da lei, no qual a finalidade será registrar a vontade do casal. Em algumas situações, é muito difícil de provar se realmente o indivíduo tem o interesse de constituir família, nesse caso, uma declaração escrita comprova a intenção dessa pessoa, sendo muito importante em eventual processo judicial (RAVACHE, 2011).

[...] "a união estável tem previsão em nosso ordenamento jurídico justamente para proteger as uniões que se apresentam com elementos norteadores do casamento, tanto que o Texto Magno determina que a lei deve facilitar a sua conversão em casamento. Maria Helena Diniz assevera

que a convivência a more uxório deve ser notório, os companheiros deverão tratar-se, socialmente, como marido e mulher, aplicando-se a teoria da aparência, revelando a intenção de constituir família. Nesse contexto, embora o casal estivesse namorando desde o limiar da adolescência, e estivessem prestes a se casar, não se pode considerar que a apelante tenha sido companheira do filho dos apelados, que é, no dizer de Edgard de Moura Bittencourt, a designação elevada que se dá a uma mulher unida por longo tempo a um homem, como se fosse sua Esposa.” (TJ-ES – Ap. Cív. 048980277809 – Publ. em 9-10-2006).

Contudo, é preciso tomar cuidado para que o casal não tente formalizar uma situação mentirosa, ao declarar que seu relacionamento constitui namoro e não união estável, quando na verdade suas atitudes configuram de fato a união estável, contradizendo a declaração escrita. Se isso ocorrer e for comprovado, o contrato será considerado nulo por simulação, nos termos do artigo 167, II do Código Civil, e a união estável será reconhecida (RAVACHE, 2011).

Assim como, não é possível que o casal pactue viver em união estável, simulando um fato inexistente, caso os requisitos do artigo 1.723 do Código Civil não estiverem realmente preenchidos. Caso fique comprovado que o relacionamento é desprovido de qualquer dos requisitos da união estável, este contrato também será nulo (RAVACHE, 2011).

### *2.3.2 Análise entre Namoro e União Estável*

O namoro significa a relação afetiva mantida entre duas pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas e partilharem novas experiências. Já a união estável é a entidade familiar constituída por homem e mulher que convivem em posse de estado de casado, ou com aparência de casamento com seus elencos de direitos e deveres (LÔBO, 2009).

No Código Civil Brasileiro em seu artigo 1.723, o reconhecimento da União estável entre homem e mulher, ou pessoas do mesmo sexo, que tenha uma convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com objetivo de constituição família, nota-se que não é o prazo que caracteriza a união estável, porém a notoriedade, continuidade, apoio mútuo, convivência duradoura, e o instituto de constituir família (GAGLIANO, 2011).

É comum a confusão entre namoro e união estável, uma vez que nossa legislação não exige de modo expresso que duas pessoas, segundo a constituição homem e mulher, envolvidas numa relação afetiva devam viver sob o mesmo teto, dispensando prazo determinado. De acordo com a atual legislação civil, para se caracterizar a união estável deve apresentar a todas as características contidas no artigo 1.723 do Código Civil, quais sejam (GONÇALVES, 2013).

[...] “a união estável se caracteriza pela convivência pública, contínua e duradoura entre um casal com o objetivo de constituir família. Ao contrário do que ocorre no namoro, os conviventes se apresentam perante a sociedade como se casados fossem, e assumem para si ânimo próprio dos casados, de se constituírem enquanto entidade familiar. Inexistindo indícios suficientes a demonstrar que a natureza do relacionamento se estendia para além de um namoro, por não haver provas da convivência *more uxório*, como se casados fossem, descabe o reconhecimento de união estável.” (TJ-MG – Ap. Cív. 1.0317.12.013206-1 – Publ. em 27-5-2015).

O entendimento de que a união estável entre homem e mulher forma uma entidade familiar causou uma avalanche de ações no Judiciário, pretendendo o interessado que a declaração se estenda a situações opostas à sua aplicabilidade, os relacionamentos sem compromisso não preenchem os requisitos que a Lei caracteriza como válidos para a homologação pelo Juízo (SILVA, 2015).

No entanto, no caso do namoro, mesmo que duradouro com o compromisso de um futuro casamento falta o requisito subjetivo que é a intenção de constituir família, é um tipo de relacionamento temporário, ainda que com certo grau de comprometimento, não configura e nem se confunde com a união estável, para um namoro se caracterizar como união estável deve analisar o caso e os pressupostos da configuração da união estável (SILVA, 2015).

A exigência da lei como fator demonstrativo da estabilidade da união, que a convivência seja pública, contínua e duradoura, é tão exposta ao público como o casamento, frisa-se que apenas se caracteriza a união quando tiver o propósito de constituir família. Ora, a convivência de casal em vida comum sendo namorados e passam a residir no mesmo teto, esses têm o propósito de constituir família, mas, deve analisar o caso em concreto (LEITE, 2010).

A convivência sob o mesmo não é imprescindível para a configuração da união estável, além de que não se exige tempo mínimo de convivência, o que demonstra a flexibilidade de seus requisitos. Assim, quando os supostos namorados passaram a conviver sob o mesmo teto, com o compartilhamento consequente da

moradia, já migraram da relação de namoro para a união estável, porque a estabilidade aí é presumida (LEITE, 2010).

### *2.3.3 As relações do Namoro*

Salvo prévio contrato escrito, o reconhecimento da união estável gera os mesmos efeitos do casamento pactuado sob o regime da comunhão parcial de bens, isto significa que o patrimônio de qualquer um dos companheiros, após comprovada o início da relação estável, pertencerá, a ambos os metade para cada um.

A Constituição Federal defende que não haverá diferença entre o casamento e a união estável, que se caracterize pela convivência pública, contínua e duradoura, com objetivo de constituição de família como verdadeira entidade familiar. A União Estável pode ser constituída por contrato, desde que declarada conjuntamente por ambos ainda que declarada por decisão judicial, caso necessário e não possa emitir sua declaração de existência de União Estável (MONTEMURRO, 2013).

Não se reconhece a união estável quando ausentes os requisitos da união contínua, fidelidade, estabilidade, mútua assistência e ânimo de constituir família. Alegada união que não se reveste dos requisitos no art. 1.723 do Código Civil. Ficando comprovado que a publicidade do relacionamento era de namoro/noivado, ainda que com intimidade, mas ausente prova cabal da residência sob o mesmo teto e da intenção de constituir família, a improcedência da ação se impõe. (...). (TJ-RS – Ap. Cív. 70064026115 – Publ. em 13-5-2015).

É fundamental a diferença da união estável em relação ao namoro, uma vez que o casal assume as mesmas obrigações e exercem os direitos do casamento, como lealdade, e sustento, além dos efeitos patrimoniais que são os mesmos de um casamento celebrado sob o regime da comunhão parcial de bens. Nas relações de namoro, meramente afetivas e sexuais, nenhum efeito patrimonial ou assistencial é gerado (MONTEMURRO, 2013).

### *2.3.4 Namoros Virtuais e o Impacto na Sociedade Atual*

Com o surgimento em plena Guerra Fria, a internet foi criada com objetivos militares, pela ideia de que seria uma das formas das forças armadas norte-americanas de manter as comunicações em caso de ataques inimigos, para que assim destruíssem os meios convencionais de telecomunicações. Com o passar dos



anos, além de ser utilizada para fins militares, a Internet também foi um importante meio de comunicação acadêmico para estudantes e professores universitários, onde as pessoas trocavam ideias, mensagens e descobertas pelas linhas da rede mundial. As redes sociais ganharam força com o Orkut, atingiu a preferência dos brasileiros e no decorrer dos anos seguintes surgiram outras redes sociais como, por exemplo, Facebook, Twitter, Google Plus e Instagram (CASTELLS, 2003).

### *2.3.5 Relacionamentos X Redes Sociais*

Uma pesquisa realizada por Russel Clayton em 2014 com 581 pessoas usuárias da rede social - O Impacto do Uso do Twitter na Infidelidade e no Divórcio - apontou que aquelas que o acessavam com maior frequência enfrentavam mais problemas com seus companheiros. Essa pesquisa despertou a curiosidade que as redes sociais não só favorecem o acontecimento de atritos como também prejudicam os relacionamentos, principalmente os amorosos, afastando os casais (VERNIER; SANDOVAL, 2015).

Um dos grandes receios das pessoas é que por meio das redes sociais é possível reencontrar com mais facilidade as velhas paixões e amizades antigas, repletas de afetos e experiências não vividas, ou não terminadas no passado. Esta possibilidade pode confundir as pessoas que estão vivendo suas vidas casadas e com filhos, especialmente se estiverem passando por períodos de instabilidade no relacionamento (PASSOS, 2016).

Neste caso, as redes sociais podem servir para facilitar o contato com as pessoas, mas elas não devem ser associadas como as culpadas de prejudicarem os relacionamentos. Porém por muitas vezes existem pessoas que não aceitam que o parceiro tenha um perfil em uma rede social, por falta de confiança ou por atitudes desconfortáveis e a ausência de um perfil nas redes sociais não garante um comportamento adequado e a fidelidade no mundo real (PASSOS, 2016).

## CONCLUSÃO

Num passado não muito distante, os casais que viviam juntos sem o vínculo matrimonial, eram alvos de preconceito e discriminação por parte da sociedade. Hoje, a família constituída através da união estável, não necessita recorrer ao casamento para legitimar essa relação, resguardada e protegida pelo Estado.

Entretanto, o casamento não deixou de ser um ato formal, gerador de direitos e deveres familiares, nem constitui condição fundamental para a formação da família perante essa nova realidade, o legislador pátrio possibilitou que milhares e milhares de famílias, antes não amparadas legalmente, encontrassem amparo no novo ordenamento jurídico.

A Constituição Federal 1988 modificou a realidade social destinando um tratamento melhor para as chamadas uniões livres, que por muito tempo, não foram protegidas pela lei, pois eram consideradas uma ofensa, para a sociedade, que não admitia a concepção da família constituída sob ditames não considerados legais e religiosos. Contudo, esse tipo de relação aumentada, gerando efeitos que não podiam ser ignorados no mundo jurídico, como o foi em outros tempos.

É importante ressaltar que a relutância do legislador constituinte permitiu que os filhos tivessem tratamentos iguais, não consentindo que houvesse qualquer distinção, eliminando a estigmatização da família constituída pela união estável rechaçada de forma preconceituosa pela sociedade. A figura do homem e da mulher encontra-se em pé de igualdade, não mais admitindo a prevalência masculina, uma vez que os dois são capazes e iguais perante a lei, conforme os ditames da Constituição Federal de 1988 art. 5º, I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

A cada dia as relações informais aumentam pelos mais variados motivos. É inegável a abrangência social do instituto da união estável, principalmente, quando consideramos a responsabilidade dos conviventes para com os filhos e a obrigação de alimentá-los, sem esquecer questão patrimonial, que sempre foi causa de inúmeras discussões nos tribunais.

O Estado não poupou esforços no sentido de mudar a realidade então vivenciada pelos inúmeros casais que optaram pela união estável buscando proporcionar regras mais justas, disciplinou as uniões fáticas, fê-lo, através das Leis

nº 8.971/94 e nº 9.278/96, e no Novo Código Civil, produzindo reflexos significativos no nosso ordenamento jurídico.

A Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, regulamentou de forma resumida, em três artigos, o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. A Lei nº 9.278/96 surgiu com a necessidade de abolir a obscuridade e omissões existentes no diploma anterior trazendo uma definição da entidade familiar, apesar de não estabelecer prazo mínimo para o reconhecimento da sua existência. Ainda, a lei 9.278 regulamentou o § 3º do art. 226, da Carta Magna, que dispôs sobre os direitos e deveres dos companheiros, sobre o direito de habitação, e por fim, coloca a possibilidade de conversão da união estável em casamento.

Não há dúvidas que estas leis não foram o melhor texto elaborado e nem tão pouco alcançaram o seu objetivo num todo sobre a matéria, contudo são importantes, pois marcaram um grande avanço sobre a família moderna, propiciando um melhor tratamento às uniões informais que teve o seu conceito mais aproximado do conceito de família edificada pelo instituto do casamento.

O Código Civil de 2002 veio também com o objetivo de preencher as lacunas existentes nos diplomas anteriores, acerca do tão discutido tema união estável. É bem verdade que muitos pontos considerados importantes e recentes não foram tratados. No entanto, em relação ao instituto da união estável, o assunto apesar de relativamente recente, não sofreu todas as mudanças necessárias, mas poderá, em um futuro próximo, ser bem analisado eliminando as que ainda restaram.

Por todo o exposto, conclui-se da realização desta pesquisa que, mesmo que os companheiros em determinadas situações tenham obtido alguns benefícios a exemplo da garantia dos direitos sucessórios, mesmo assim, a união estável não se equiparou ao instituto do casamento. E apesar de o legislador pátrio ter criado normas para reconhecer a existência da união estável, designando ao novo instituto um status de entidade familiar, não destinou a mesma equivalência do casamento.

Vale destacar que o fundamental em verdade se entende que os julgadores tiveram a sensibilidade quando realizaram a apreciação de questões concretas, mormente numa época em que o direito não mais acompanhava a realidade social brasileira, pois a família nada mais é do que um fenômeno social e como tal está suscetível às mudanças que devem ser regulamentadas pela lei.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. Código das famílias comentado: de acordo com o estatuto das famílias (PLN n. 2.285/07) Coordenador e coautor. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. P. 556.

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Art. 226. (...) § 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Do concubinato ao casamento de fato**. Belém: CEJUP, 1986.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Estatuto da Família de Fato**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

BERTOLINI, Wagner **A União Estável e seus efeitos patrimoniais**, Editora Juarez de Oliveira. 2005.

BRASIL, Código Civil. **Organização dos textos, notas remissivas e índices** por Yussef Said Cahali. 5ª edição. São Paulo: RT, 2003

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm) Acesso em: 25. Maio .2016.

BRITO, Anne Lacerda de . [07.04.2014] **Casar ou viver em união estável?** – Disponível em: <http://annelbrito.jusbrasil.com.br/artigos/115353975/casar-ou-viver-em-uniao-estavel> - Acesso em 30. Maio. 2016

CABRAL, Maria. 2015 - Namoro simples, namoro qualificado e a união estável: o requisito subjetivo de constituir família – Disponível em: <http://mariateixeiracabral.jusbrasil.com.br/artigos/135318556/namoro-simples-namoro-qualificado-e-a-uniao-estavel-o-requisito-subjetivo-de-constituir-familia> - Acesso em 25. Maio. 2016

CAHALI, Yussef Said. **O Casamento Putativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979

CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. **Casamento e união estável: requisitos e efeitos pessoais**. Barueri: Manole, 2004.

CAVALCANTI, Lourival Silva, União Estável: **A inconstitucionalidade de sua regulamentação**. Editora Saraiva. 2003.

CIOTOLA, Kátia Regina da Costa S. O **Concubinato e as inovações introduzidas pelas Leis** n.ºs. 8.971/94 e 9.278/96. 2.ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

CZAJKOWSKI, Rainer. in "**União Livre**", Editora Juruá, São Paulo, 2ª edição, 2000.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

FIUZA, César. **Direito civil: curso completo**. 12 ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2008. 1108 p.

GAGLIANO, P. Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – Volume VI**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito de família. 10. ed. rev. e atual. 6. vol. São Paulo: Saraiva, 2013.

GURGEL, Fernanda Pessanha do Amaral. **Direito de família e o princípio da boa-fé objetiva**. Curitiba: Juruá, 2009.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Direito civil aplicado, volume 5: direito de família. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. P. 109.

LEITE, Teixeira. TJSP, 4ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 994.07.121833-0, rel. Des. Teixeira Leite, j. 09-09-2010, v.u.

LÔBO, Paulo, Direito Civil - Famílias, 2ª Ed. - São Paulo: Saraiva 2009, p. 148.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 3 ed., Barueri/SP: Manole, 2010.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4ª edição, revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 1.080.

MALUF, Carlos Alberto Dabus, MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. . **Curso de Direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: direito de família**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2004

MONTEMURRO, Danilo. [01. Ago. 2013] Dúvidas sobre união estável <http://danilomontemurro.com.br/duvidas-sobre-uniao-estavel/> - Acesso em 26. Maio. 2016

OLIVEIRA, Euclides de. União estável. 04 jul. 2002. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=59>. Acesso em: 13 mai. 2016.

PASSOS, Tayana. Os relacionamentos amorosos e as redes sociais – Disponível em: [www.tayanapassos.com.br/artigo18.html](http://www.tayanapassos.com.br/artigo18.html), Acesso em 27. Maio 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Concubinato e união estável**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Concubinato**, Novo Código Civil da Família Anotado (Legislação Correlata em vigor). Porto Alegre: Síntese, 2003.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Comentários ao Novo Código Civil**. Rio de Janeiro:Forense,v. XX, 2ª ed, 2013.

RAVACHE, Alex. 01/2011 - Diferença entre namoro e união estável – Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18383/diferenca-entre-namoro-e-uniao-estavel> - Acesso em: 25. Maio. 2016

Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFAM, 2007. (jun/jul. 2009), p.106.

RIBEIRO, Alex Sandro. **União estável: dissolução e alimentos entre os companheiros**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 57, 1 jul. 2002. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/3033>. Acesso em: 14 jul. 2011.

SANTOS, Natalia Cristina Nunes Moreira [27.02.2012] Artigo: As vantagens e desvantagens da união estável em face do casamento – Disponível em: [http://www.nenoticias.com.br/65791\\_artigo-as-vantagens-e-desvantagens-da-uniao-estavel-em-face-do-casamento.html](http://www.nenoticias.com.br/65791_artigo-as-vantagens-e-desvantagens-da-uniao-estavel-em-face-do-casamento.html)/ Acesso em: 30. Maio. 2016

SILVA, Elisa Maria Nunes Da. Qual a diferença entre namoro e união estável? [14/08/2015] Disponível em: <http://gazetadoadvogado.adv.br/2015/08/14/jurisprudencia-comentada-qual-a-diferenca-entre-namoro-e-uniao-estavel/>, Acesso em 27. Maio. 2016

SILVA, Regina Beatriz Tavares Da. Novo Código Civil Comentado, Coord. Ricardo Fiuza, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004, p. 1.580/1.594

SILVA, Regina Beatriz Tavares Da. Namoro e união estável: distinções. [16/09/2004] Disponível em: <http://www.reginabeatriz.com.br/academico/artigos/artigo.aspx?id=129> Acesso em: 27. Maio. 2016

SILVEIRA, Diego Oliveira Da. **Namoro e União Estável: como diferenciar essas relações?. Família e Sucessões sob um olhar prático.** Porto Alegre, 2013. IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família.

SOARES, Orlando. **Direito de Família:** De acordo com o Novo Código Civil [Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002] Rio de Janeiro: Forense, 2004.

STRAZZI, Alessandra Prata. União Estável: alguns aspectos que você precisa saber. [27/07/2014] Disponível em: <http://alessandrastrazzi.adv.br/direito-de-familia-e-das-sucessoes/certidao-de-uniao-estavel-e-registro/>, Acesso em: 13. Maio. 2016

Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=N%C3%A3o+configura+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+o+mero+namoro> – Acesso em 01, Jun. 2016

Tribunal de Justiça de São Paulo. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=N%C3%A3o+configura+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+o+mero+namoro> – Acesso em 01, Jun. 2016

VERNIER, Louise. SANDOVAL, Amanda. [21.05.2015] Saiba como tornar a relação à prova de redes sociais - Disponível em: <http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2015/05/21/saiba-como-tornar-o-relacionamento-a-prova-de-redes-sociais.htm#fotoNav=12/>, Acesso em 27. Maio. 2016

<http://www.significados.com.br/namoro/> - Acesso em 01. Jun. 2016